

# CADERNO DE RESUMOS



## 10ª SEMANA EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL

Justiça, educação e liberdade,  
a causa é legítima!

Organização:  
Flávia Rodrigues Lima da Rocha  
Andressa Queiroz da Silva  
Maycon David de Souza Pereira



Ufac

# CADERNO DE RESUMOS



## 10ª SEMANA EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL

Justiça, educação e liberdade,  
a causa é legítima!

Organização:  
Flávia Rodrigues Lima da Rocha  
Andressa Queiroz da Silva  
Maycon David de Souza Pereira





**10ª SEMANA EM FAVOR DE  
IGUALDADE RACIAL**  
Justiça, educação e liberdade,  
a causa é legítima!



## **Caderno de Resumos da 10ª Semana em Favor de Igualdade Racial: Justiça. Educação e Liberdade – A Causa é Legítima**

Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Andressa Queiroz da Silva, Maycon David de Souza Pereira (org.)

ISBN 978-85-8236-121-4 • *Feito Depósito Legal*

Copyright © Edufac 2024

Editora da Universidade Federal do Acre • Edufac,

Rod. BR364, Km 04 • Distrito Industrial 69920-900 • Rio Branco • AC

Editora Afiliada



### **Diretor da Edufac**

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

### **Coordenadora Geral da Edufac**

Ângela Maria Poças

### **Conselho Editorial (Consedufac)**

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos.

### **Coordenadora Comercial e Serviços de Editoração**

Ormifran Pessoa Cavalcante

### **Projeto Gráfico e Arte da Capa**

Andressa Queiroz da Silva

Beatriz Domingos da Silva

Geovanna Moraes de Almeida

Kaliny Custodio do Carmo

Maycon David de Souza Pereira

**\*A revisão textual é de responsabilidade dos autores.**

Universidade Federal do Acre  
Biblioteca Central  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S471c Semana Em Favor de Igualdade Racial (10. : 2024 nov. 05-08 : Rio Branco, AC)

Caderno de Resumos – 10ª Semana em Favor de Igualdade Racial: Justiça, Educação e Liberdade, A Causa é Legítima [recurso eletrônico] / Organizadores Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Andressa Queiroz da Silva, Maycon David de Souza Pereira. – Rio Branco: Edufac, 2024.  
55 p. [recurso eletrônico]

Vários autores.  
ISBN: 978-85-8236-121-4

1. Igualdade. 2. Relações raciais. 3. Ações afirmativas. I. Rocha, Flávia Rodrigues Lima da (org.). II. Silva, Andressa Queiroz da (org.). III. Pereira, Maycon David de Souza (org.). IV. Título.

CDD: 305.8



## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

Flávia Rodrigues Lima da Rocha..... 07

### Grupo de Trabalho – POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR

As matrículas das reservas de vagas PPI no Programa de Pós-Graduação em Letras:  
Linguagem e Identidade (PPGLI)  
João Lucas Barros do Sacramento .....10

Análise das reservas de vagas para pessoas pretas pardas e indígenas no curso de  
Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre - Ufac  
Athina Magalhães Alves..... 11

Ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade  
Federal do Acre  
Karen Kristina Araújo Vasconcelos ..... 12

A jornada política da lei 12.990/14: o processo da lei de cotas raciais no serviço público  
na câmara dos deputados  
Mateus Camilo dos Santos ..... 13

Trajetórias e memórias: relatos de estudantes cotistas da Universidade Estadual do  
Paraná em Cartas Pedagógicas  
Ingrit Yasmin Oliveira da Silva Batista  
Fabiane Freire França ..... 14

Relações étnico-raciais e Ações Afirmativas na Pós-Graduação stricto sensu da  
Universidade Federal do Acre (Ufac)  
Ian Costa Paiva ..... 15

Políticas Públicas educacionais de combate ao racismo em municípios da região Norte:  
um olhar antirracista  
Ellen Cristina Setubal Brito  
Geovanna Moraes de Almeida ..... 16

Estado da arte: pesquisas que têm como sujeitos populações negras e indígenas dos  
Programas de Pós-Graduação da Ufac  
Maria Eduarda de Matos Martins  
Andressa Queiroz da Silva..... 17

“Aquele que não sabe, pode saber pela aprendizagem”: Neabi/Ufac e a promoção de  
igualdade racial  
Jardel Silva França..... 18



Interculturalidade e letramento nas relações étnico-raciais em formação continuada na educação infantil: vislumbres das tradições Nagô e Guarani Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho Gabriela Ketlen Morais .....	19
Bancas de heteroidentificação da Ufac: experiências de alunos cotistas do curso de licenciatura em História Ló-Ruama Íllary Freires Pereira .....	20
Interiorização/Ufac e processos de heteroidentificação: um relato de experiência Kaliny Custodio do Carmo .....	21
Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre (PPGS/Ufac): PPG em Ciência da Saúde na Amazônia Athina Magalhães Alves .....	22
<b>Grupo de Trabalho – TRANSGREDINDO A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA: POSSIBILIDADES DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE LÍNGUA(GENS)</b>	
Produções dos cursos de Pós-Graduação do Centro de Educação, Letras e Artes (2016-2022) Rafaela dos Santos Araujo Maria Eduarda de Matos Martins .....	24
“Sesa wo suban”, mude ou transforme: discursos como manifestações fortalecedoras do movimento antirracista Geovanna Moraes de Almeida .....	25
Racializando a língua de Eulália: revendo conceitos a partir do sul global Andressa Queiroz da Silva .....	26
Trilhando os caminhos da Sankofa: relações étnico-raciais nas dissertações do PPGLI/Ufac Jardel Silva França .....	27
Tecendo saberes, re-conduzindo sociedades: perspectivas e metodologias para o ensino de literatura afro-brasileira Rykelmy Carmo Sampaio dos Santos Jeissyane Furtado da Silva Andressa Queiroz da Silva .....	28
Tecer história(s) inter(culturais): tramando Ensino de História e políticas de igualdade racial no saber-fazer da educ(ação) antirracista e transgressora Danilo Rodrigues do Nascimento .....	29



A literatura de temática africana e afro-brasileira: uma proposta pedagógica para a educação infantil Ana Ingridy Silva Rodrigues.....	30
Audiovisual e promoção de igualdade racial: o papel do CinePIR Kaliny Custodio do Carmo.....	31
Samaúma vivificante: o Bem Viver e a educação feminina de(s)colonial Joely Coelho Santiago Marina Vieira de Carvalho .....	32
Uma tecnologia ancestral africana, uma forma de linguagem na Educação Básica: Adinkras no Viver Ciência Beatriz Domingos da Silva.....	33
Práticas curriculares autorais nas escolas da floresta: o bilinguismo como prática de insubordinação Huni Kuĩ Ian Costa Paiva .....	34
Literatura e o Ensino de História: a obra Úrsula como fonte histórica para o Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira Karen Kristina Araújo Vasconcelos .....	35
<b>Grupo de Trabalho – HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b>	
A capoeira como prática pedagógica para a efetivação da lei 10.639/2003: experiência na escola Marilda Gouveia Viana (2022-2024) Adriane Ribeiro.....	37
Estado da arte - práticas de tradições quilombolas Almerinda Cristina Oliveira de Souza Sobral Márcia Esteves de Calazans.....	38
A Educação das Relações Étnico-Raciais no curso de Pedagogia do campus sede da Universidade Federal do Acre Ana Ingridy Silva Rodrigues.....	39
A Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer) nos cursos de Pedagogia da região Norte: uma pesquisa em andamento Beatriz Domingos da Silva.....	40
Identidade e feminismos negros: reconhecendo vozes e fortalecendo consciências no Projeto Afrocientista Ellen Cristina Setubal Brito Luísy Mariá Xavier Rodrigues.....	41



O impacto do antirracismo em redes sociais na saúde mental de pessoas negras Euzébio de Oliveira Monte Júnior .....	42
Educação das Relações Étnico-Raciais por meio das ações de Extensão na Universidade Federal do Acre Flávia Rodrigues Lima da Rocha .....	43
Representações da cultura afro-brasileira e africana escritas em cartas pedagógicas por professores/as negros/as do interior do Paraná Ingrit Yasmin Oliveira da Silva Batista Ercilia Maria Angeli Teixeira de Paula.....	44
Envolto no Nyansapo: a promoção de uma educação antirracista a partir do olhar de um bolsista do PEEA Jardel Silva França .....	45
As organizações indígenas no Acre João Lucas Barros do Sacramento .....	46
Mulherismo africano: práticas na diáspora brasileira para educação das relações étnico-raciais Joely Coelho Santiago .....	47
Análise do perfil dos cursistas do Programa Erês: curso de formação continuada em infâncias, educação infantil e relações étnico-raciais da Uemg Laura Regina Gouvea Cristiana de Oliveira Gomes Otavio Henrique Ferreira da Silva .....	48
Tipos de racismo: uma abordagem na Escola Ester Maia de Oliveira Ló-Ruama Íllary Freires Pereira .....	49
Ensino de história, relações étnico-raciais e decolonialidade: uma perspectiva para o ensino plural Luane Michelle Carvalho Costa .....	50
Programa de Extensão Educação Antirracista: perspectivas para um antirracismo no Ensino Médio Maycon David de Souza Pereira .....	51
A Revolta da Chibata (1910) no Ensino de História: relato de uma intervenção pedagógica realizada na Escola Estadual Paulo Freire, em Rio Branco-Acre Raiele Souza Moura Flávia Rodrigues Lima da Rocha .....	52
Liberdade, igualdade e fraternidade aos olhos da Revolução de São Domingos Rayanderson Lima de Oliveira .....	53



## APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), por meio da 10ª edição da Semana Em Favor de Igualdade Racial (Sefir), realizada na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, entre os dias 05 e 08 de novembro de 2024, entrega este Caderno com os resumos aprovados para serem comunicados nos Grupos de Trabalho (GTs) durante o evento mencionado. Os GTs são 3 (três), a saber: 1) Políticas de Ações Afirmativas: da Educação Básica ao Ensino Superior, com 13 (treze) resumos aprovados; 2) Transgredindo a Educação Linguística: possibilidades de História e Cultura Afro-brasileira no Ensino de Língua(gens), com 12 (doze) resumos aprovados; e o GT História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais, com 17 (dezesete) resumos aprovados.

Esses GTs estão diretamente vinculados com as linhas de pesquisa do Neabi/Ufac, que é também um Grupo de Pesquisa junto ao CNPq, organizados em torno dos eixos de estudo de seus pesquisadores, daí o bom quantitativo de resumos inscritos nos GTs e publicados por meio deste Caderno.

O GT 01, Políticas de Ações Afirmativas: da Educação Básica ao Ensino Superior, traz resumos com a importante discussão sobre reserva de vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas (PPIs) tanto na Graduação como na Pós-Graduação, bem como a não menos importante discussão sobre a trajetória de estudantes cotistas na Graduação. Traz ainda a ampla discussão a respeito de políticas educacionais de combate ao racismo na região Norte, bem como a produção na Pós-Graduação voltada para as relações étnico-raciais e ações do Neabi/Ufac para a promoção da igualdade racial, de forma institucionalizada. O GT tem também um resumo que discute interculturalidade e letramento étnico-racial nas formações continuadas. Por fim traz dois trabalhos que abordam a heteroidentificação para os cursos de Graduação.

Quanto ao GT 02, Transgredindo a Educação Linguística: possibilidades de História e Cultura Afro-brasileira no Ensino de Língua(gens), este discute os diferentes tipos de linguagens como promoção de igualdade racial, desde produções acadêmicas dentro da temática, discurso antirracista, a racialização da Língua, Literatura, o uso do audiovisual e de adinkras (conjunto de símbolos pertencentes ao povo africano





Ashanti). Este GT também traz resumos que abordam diferentes metodologias como forma de enfrentar o racismo, como a interculturalidade e a decolonialidade. Estes resumos buscam de fato, propor uma linguagem transgressora da colonialidade e novas propostas de comunicar, enfrentando o racismo e dentro de uma perspectiva antirracista.

Por fim, o GT 03, História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais, traz diferentes propostas de ações para a educação antirracista, por meio da discussão de identidade e feminismos negros no Ensino Médio, das redes sociais, de ações de Extensão, do estudo sobre as organizações indígenas no Acre. Diversas pesquisas denunciam quanto à necessidade de investimento público na política de promoção da igualdade racial, de forma institucionalizada, quanto ao estado da arte de práticas de tradições quilombolas; também aquelas que denunciam a eurocentralização dos currículos colonizadores; a denúncia sobre a necessidade de ampliar as formações para a educação das relações étnico-raciais. Neste GT, os resumos também trouxeram a discussão sobre metodologias de estudo para a Educação das Relações Étnico-Raciais, como o mulherismo africano e decolonialidade; congrega ainda, resumos que propõem o trabalho com conteúdos e assuntos já tradicionais do Ensino de História, porém de forma ressignificada, a fim de implementar a lei 10.639/2003, como discussões sobre a capoeira como prática pedagógica, discussão dos tipos de racismo no Ensino Médio, a Revolta da Chibata e a Revolução de São Domingos.

Como se pode perceber, os 3 (três) Grupos de Trabalho que dão origem a este Caderno de Resumos, trazem discussões extremamente pertinentes e diversificadas a respeito de promoção de igualdade racial, sendo assim, importantes produções na construção de uma sociedade menos desigual e com maior justiça. Por isso, degustemos à vontade, inspiremo-nos e aprendamos com as pesquisas que estão representadas neste Caderno de Resumos.

**Profa. Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha**  
Coordenadora da 10ª Semana Em Favor de Igualdade Racial



10ª SEMANA EM FAVOR DE  
IGUALDADE RACIAL

Justiça, educação e liberdade,  
a causa é legítima!

## **GRUPO DE TRABALHO**

# **POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR**



## AS MATRÍCULAS DAS RESERVAS DE VAGAS PPI NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: LINGUAGEM E IDENTIDADE (PPGLI)

João Lucas Barros do Sacramento<sup>1</sup>

Esse resumo tem como objetivo mostrar a quantidade de vagas ofertadas na modalidade de reservas de vagas para Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) nos editais de chamada para alunos no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI), tendo como período cronológico de 2016 a 2022. A justificativa para esse tema é entender como está a oferta de vagas destinadas a PPI neste programa e a importância destas vagas para o ingresso desse público nos programas de pós-graduação. A metodologia empregada nesta pesquisa partiu de uma análise documental dos editais, identificando a quantidade de vagas empregadas em cada ano nos editais, assim como a chamada para matrícula. Foi utilizado como referencial teórico Garcia (2007) e Feres Junior et al (2018). Observou-se que no decorrer do período analisado houve um baixo quantitativo de chamadas para matrícula para alunos concorrentes às vagas para PPI. A ausência de uma política institucional de ação afirmativa para a pós-graduação que estabeleça parâmetros para efetivação do acesso dos sujeitos de direito a elas e que garanta a entrada e permanência de alunos cotistas, ocasiona o enfraquecimento desse tipo de ação afirmativa.

**Palavras-chave:** Reserva de Vagas. Pós-Graduação. Pretos, Pardos e Indígenas (PPI).

---

<sup>1</sup> Aluno do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre. E-mail: joao.sacramento@sou.ufac.br



## ANÁLISE DAS RESERVAS DE VAGAS PARA PESSOAS PRETAS PARDAS E INDÍGENAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC

Athina Magalhães Alves<sup>2</sup>

Este é um projeto inicial, que surgiu na disciplina de Pesquisa Histórica I e pretende tratar sobre ações afirmativas de reserva de vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI) no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre - Ufac entre os anos de 2021 a 2023. A relevância desse projeto se atribui fato de que segundo Almeida (2019) a sociedade é atravessada por diversas manifestações de racismos sendo elas, o racismo individual, institucional e estrutural, e por esse motivo muitas vezes a sociedade não reconhece o direito da população negra de adentrar nas universidades através da Lei de cotas 12.712/2012, sendo assim, projetos como este fazem o papel de levar a população a refletir sobre questões sociais, especialmente a questão racial. A proposta de pesquisa tem como objetivo geral analisar as ações afirmativas de reserva de vagas para PPI no curso de Licenciatura em História da Ufac e como objetivos específicos identificar o percentual de entrada de cotistas e compreender sua permanência no curso. A metodologia será realizada a partir da análise documental de editais do Sisu entre os anos de 2021 a 2023 para identificar o quantitativo de cotistas que entraram no curso de Licenciatura em História na Ufac, e a partir disso realizar entrevistas para compreender sua permanência. O projeto irá se basear em referenciais teóricos como Almeida (2019), Gomes, Silva e Brito (2021), Feres Júnior, Campos, Daflon e Venturini de (2018) e Ferreira (2014). Ao final dessa pesquisa, espera-se uma compreensão das experiências vividas por esses alunos cotistas e as barreiras que enfrentam durante a graduação.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas. Lei de cotas 12.712/2012. Licenciatura em História. Universidade Federal do Acre. Reserva de vagas para PPI.

---

<sup>2</sup> Licencianda em História, na Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: athina.alves@sou.ufac.br



## AÇÕES AFIRMATIVAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Karen Kristina Araújo Vasconcelos<sup>3</sup>

Esse trabalho é derivado de um projeto institucional que trata sobre a inserção de ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação, sabe-se que a reserva de vagas na pós-graduação é resultado da Portaria Normativa Nº 13, de 11 de maio de 2016, expedida pelo Ministério da Educação (MEC) que objetiva democratizar o acesso da população negra e indígena nos cursos de pós-graduação. Assim, buscou-se analisar os editais dos Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Acre de 2016 a 2022 a fim de investigar se o programa oferece a reserva de vagas para o público anteriormente citado, ações como essas são de extrema relevância para a democratização do ensino público de qualidade. Pesquisas como estas são de grande importância no sentido de aferir o desenvolvimento e o alcance das ações afirmativas na pós-graduação. Foi utilizada revisão de literatura especializada, e a análise documental de editais como metodologias. Os dados coletados foram analisados e interpretados a partir de referenciais teóricos como Quijano (2010) e Walsh (2007), que abrem espaço para que outros sujeitos e outras histórias sejam pensadas para além da hegemonia colonizadora. Concluiu-se que o desde 2016 o programa oferece um percentual entre 20% e 25% de suas vagas totais para ações afirmativas. É possível perceber que o número de reserva de vagas se mantém estável, porém é importante a luta contínua para que esse percentual se torne cada vez maior.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas. Reserva de Vagas para PPI. Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Acre.

---

<sup>3</sup> Discente do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, membra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Neabi/Ufac. E-mail: karen.vasconcelos@sou.ufac.br



## A JORNADA POLÍTICA DA LEI 12.990/14: O PROCESSO DA LEI DE COTAS RACIAIS NO SERVIÇO PÚBLICO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mateus Camilo dos Santos<sup>4</sup>

Este trabalho gira em torno da lei nº 12.990, que em junho de 2014 estabeleceu a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos da administração pública federal para a população negra. O Projeto de Lei (PL) nº 6.738, que se tornaria a lei nº 12.990/2014, teve sua justificativa elaborada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que, ao estabelecer o seu embasamento jurídico, sugeriu, em seu penúltimo parágrafo, que o PL fosse encaminhado ao Congresso Nacional com regime de urgência constitucional, pois o contexto social e político à época se encontrava na "ordem do dia". Sendo assim, o enfoque desta pesquisa não é direcionado à letra da lei 12.990/2014, como um ator com poder normativo por seus artigos e parágrafos, mas, sim, o contexto social e histórico que possibilitou a sua existência. O objetivo deste estudo é rastrear as movimentações e movimentos de atores que, entrelaçando-se uns aos outros em uma rede de atores não somente humanos, oportunizou a lei em questão. Com base na pesquisa etnográfica de documentos e práticas que constituem o Estado, indissociável de "Sociedade", busca-se entender as complexidades da prática estatal, situações sociais e contextos de disputa que desembocaram na criação de um direito à população negra brasileira de usufruir de uma reserva de vagas em concursos públicos federais. Contudo, este trabalho não tem como pretensão alcançar respostas finais às questões levantadas, mas, sim, analisar a produção de um direito através de relações sociais que se vinculam e desvinculam através de seus contextos históricos e sociais. A hipótese inicial é de que o caminhar da lei nº 12.990/2014 foi pavimentada por diversos encontros e desencontros, práticas e disputas que, ao longo de anos, puderam estabilizar o entendimento de constitucionalidade e estabilidade, ao menos jurídica, da lei 12.990/2014.

**Palavras-chave:** Antropologia do Estado. Políticas Públicas. Lei 12.990/2014.

---

<sup>4</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná, bolsista IC/CNPq, integrante do NEAB/UFPR – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. E-mail: mateuscamil@ufpr.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9068-0127>.



## TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS: RELATOS DE ESTUDANTES COTISTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ EM CARTAS PEDAGÓGICAS

Ingrit Yasmin Oliveira da Silva Batista<sup>5</sup>  
Fabiane Freire França<sup>6</sup>

O objetivo deste estudo foi analisar as trajetórias e memórias de estudantes cotistas da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), relatadas em cartas pedagógicas, com foco nas experiências adquiridas e nas ações pedagógicas promovidas pela Universidade por meio das cotas raciais. A reflexão com as participantes foi guiada pela seguinte questão: como a Universidade pode contribuir para o combate ao racismo? A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos metodológicos a produção de cartas pedagógicas (Camini, 2012; Paula, 2018). Embora o uso de recursos tecnológicos seja relevante, sua exclusividade em sala de aula limita outras possibilidades; assim, as cartas serviram como uma forma de visibilizar a voz das mulheres negras participantes. Esta pesquisa integra um recorte da tese de doutorado em educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Foram convidados(as) estudantes cotistas de qualquer semestre ou ano de um dos cursos de pós-graduação oferecidos em um dos sete campi da UNESPAR, e três mulheres negras aceitaram participar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual a coleta de dados foi realizada por meio da produção escrita de cartas abordando temas relacionados às cotas raciais, ao racismo e às questões vinculadas ao percurso formativo. As cartas revelaram as diversas dificuldades enfrentadas pelas participantes, como a sobrecarga de trabalho e as barreiras sociais e culturais no ambiente universitário. Além disso, as participantes destacaram a necessidade das cotas raciais para garantir o acesso e a permanência de estudantes negros(as) no ensino superior, bem como para valorizar a população negra no combate ao racismo vigente.

**Palavras-chaves:** Cotas raciais. Cartas Pedagógicas. Ensino superior.

---

<sup>5</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: prof.ingrityasmin@gmail.com

<sup>6</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: fffranca@uem.br



## RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)

Ian Costa Paiva<sup>7</sup>

A Universidade Federal do Acre (Ufac), em seus dois campus - Rio Branco e Campus Floresta -, possui um quantitativo de 19 Programas de Pós-Graduação entre mestrados e doutorados que apresentam reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, sendo caracterizada a reserva de vagas para cotas raciais como Políticas de Ações Afirmativas sendo um instrumento de discriminação positiva (Almeida, 2019) em que visa a democratização do acesso ao ensino público. Aqui temos por objetivo analisar, por meio da coleta de dados constatados no Estado da Arte, o quantitativo de trabalhos que envolvem dissertações e/ou teses dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac) entre os anos de 2016 a 2022 os quais contemplem os sujeitos da pesquisa. Para além disso, a metodologia adotada para a realização do trabalho tem como eixo basilar a análise documental a partir dos Programas de Pós-graduação do CFCH/Ufac, como também através da revisão bibliográfica de produções as quais abrangem o conceito de raça; racismo; antirracismo e ações afirmativas. Esta pesquisa se efetiva a partir da perspectiva decolonial, partindo do quadro conceitual de autoras (es) latino-americanas (os) como Walsh (2007) e Quijano (2010), a fim de problematizar, ou dessacralizar uma narrativa singular e homogênea, consequentemente herdada das matrizes coloniais de poder do continente europeu em que submeteu a população negra, bem como suas culturas e identidades em condições de subalternização e animalização (Kilomba, 2019). Por conseguinte, através da análise realizada dos dados nos referidos documentos, constatamos o quantitativo de 01 (um) trabalho de dissertação do relativo ao CFCH/Ufac que apresenta como sujeitos da pesquisa a população negra.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais. Ações afirmativas. *Stricto Sensu*. Universidade Federal do Acre.

---

<sup>7</sup> Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: ian.paiva@sou.ufac.br





## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE COMBATE AO RACISMO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE: UM ESPERANÇAR ANTIRRACISTA

Ellen Cristina Setubal Brito<sup>8</sup>  
Geovanna Moraes de Almeida<sup>9</sup>

Este trabalho é um recorte da pesquisa “Mapeamento de Ações de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial pela Gestão Pública Brasileira”, financiada pela Fundação Tide Setúbal, ocorrida no período de setembro de 2023 a fevereiro de 2024. O objetivo do recorte proposto foi identificar e apresentar políticas educacionais valorativas e afirmativas na Educação Básica em municípios da região Norte, mapeadas dentro da temporalidade que abrange de 2021 a 2023. Desse modo, a justificativa se expressa na importância de publicizar ações do caráter retromencionado, a fim de que gestoras(es) de diferentes localidades possam se inspirar e reproduzir em suas gestões. No que diz respeito aos aspectos teóricos-metodológicos, esse trabalho assume abordagem qualitativa, com metodologia ancorada na análise documental, bem como levantamento de dados e bibliográfico sobre o tema, utilizando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), Coelho e Soares (2011), Santos (2010), Santos (2019) e Gomes (2017). Como resultados, foram mapeadas algumas políticas educacionais valorativas e afirmativas, a saber: a lei 12.781/2021, na cidade de Manaus/AM; “Repensando o 13 de maio e Nossa Negritude: a conexão entre saberes ancestrais” ação realizada em Belém/PA. Concluiu-se, mediante diálogo com referenciais teóricos e dados obtidos, que no ano de 2000 o governo brasileiro, em sua esfera federal, manifestou-se para criar mecanismos de combate ao racismo e a promoção da igualdade racial. Já na esfera estadual e municipal, essa realidade só se tornou mais evidente a partir da década de 2010, de sorte a refletir e ter sua continuidade nas ações mapeadas nesta pesquisa. É certo que pensar e formular políticas públicas educacionais pensando a população negra e indígena é pensar em um sistema educacional nas bases da equidade e do antirracismo.

**Palavras-chaves:** Ações Afirmativas. Políticas Educacionais. Antirracismo. Educação Básica na Região Norte.

<sup>8</sup> Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: ellensetubal.14@gmail.com

<sup>9</sup> Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: geovannamdealmeida@gmail.com



## ESTADO DA ARTE: PESQUISAS QUE TEM COMO SUJEITOS POPULAÇÕES NEGRAS E INDÍGENAS DOS PROGRAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO DA UFAC

Maria Eduarda de Matos Martins<sup>10</sup>

Andressa Queiroz da Silva<sup>11</sup>

O presente trabalho busca apresentar o Estado da Arte da pesquisa institucional que busca analisar trabalhos, teses ou dissertações, produzidos nos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Acre, tendo como recorte temporal os anos de 2016 a 2022. Além disso, foram selecionados apenas os trabalhos que possuem como sujeitos de pesquisa as populações negras e/ou os povos indígenas. A metodologia empregada foi quanti-qualitativa, a coleta de dados foi feita nos sites dos programas analisados. O referencial teórico utilizado foi Gomes (2019), Ferreira (2014) e Quijano (2010). Assim, podemos identificar que foram produzidos 34 trabalhos que tinham como sujeitos da pesquisa a população negra ou os povos indígenas, distinguindo por centros obtivemos o seguinte resultado: no Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) foram 28 trabalhos, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) com 3 trabalhos, o Centro de Ciências da Saúde e Desporto (CCSD) com o quantitativo de 2 trabalhos, e somente 1 trabalho do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Assim, considerando o recorte temporal esperava-se que houvesse mais trabalhos que inserissem como sujeitos da pesquisa a população negra ou os povos indígenas.

**Palavras-chaves:** Programa de Pós-graduação. Estado da Arte. Sujeitos negros e Indígenas.

---

<sup>10</sup> Aluna do Curso Letras Libras da Universidade Federal do Acre. E-mail: maria.eduarda.m.m@sou.ufac.br

<sup>11</sup> Professora de Língua Portuguesa da Educação Básica. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade. E-mail: andressa.queiroz@sou.ufac.br



## “AQUELE QUE NÃO SABE, PODE SABER PELA APRENDIZAGEM”<sup>12</sup>: NEABI/UFAC E A PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL

Jardel Silva França<sup>13</sup>

O presente trabalho tem por objetivo mapear as atividades antirracistas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), tendo como baliza cronológica de 2008 a 2020. Usamos como pilar teórico produções dos membros do núcleo: Rocha e Braga (2016), Silva, Rocha e Martins (2022); Fernandes e Albuquerque (2020), para refletirmos e a respeito de práticas pedagógicas de cunho racista e pensarmos em práticas educativas antirracista; França e Albuquerque (2021) e Rocha, Silva e Martins (2022), nos permitiu pensar o Neabi como um espaço de articulação de estratégias educativas, sociais e culturais para se construir uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Desse modo, realizamos uma cartografia temática (Oliveira, 2009) das ações desenvolvidas pelo núcleo, perpassando os pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Como resultado, o levantamento dessas produções fora de suma importância para compreendermos que a ERER, materializadas em seus eventos, formações, orientações, publicações, tanto em anais de eventos, periódicos científicos como na organização de livros, demonstram que o Neabi/Ufac é um potencializador de criação e implementação de políticas públicas de promoção de igualdade racial na universidade e na educação básica.

**Palavras-chave:** Neabi/Ufac. Políticas de igualdade racial. Educação das Relações Étnico-Raciais.

---

<sup>12</sup> Esse título faz referência ao Adinkra “Nea Onnim No Sua A, Ohu” (Dybox, 2016), simbologia que transmitem provérbio e conhecimentos de povos habitantes dos países de Gana e Costa do Marfim. Tal emblema é a representação visual do Neabi/Ufac.

<sup>13</sup> Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (PPGLI/ Ufac). Licenciado em História (Ufac). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: jardel.franca@sou.ufac.br



## INTERCULTURALIDADE E LETRAMENTO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VISLUMBRES DAS TRADIÇÕES NAGÔ E GUARANI

Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho<sup>14</sup>

Gabriela Ketlen Morais<sup>15</sup>

Pretende-se discorrer sobre a importância da interculturalidade e do letramento nas relações étnico-raciais em formação continuada. Estas reflexões são resultados da atuação em um programa extensionista da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), o programa “Erês”, e do curso, ainda em andamento, de “Formação Continuada em Infâncias, Educação Infantil e Relações Étnico-Raciais”. Com base na distância entre a promulgação da Lei 11.645/2008 - que visa a promoção de ações afirmativas na política educacional ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena na Educação Básica - e a sua efetiva implementação em todos os territórios escolares, o desafio premente está na aceitação, pura e simples, do diverso e do diferente. Entretanto, diante da realidade predominante nas instituições educacionais do país, onde se impera o saber da hegemonia epistêmica ocidental, infere-se que a resistência que existe, em se conhecer a diversidade étnico-racial do Brasil, principalmente das matrizes afro-brasileiras e indígenas, ocorre em dois níveis: no nível institucional, a partir da relação saber/poder e do papel da escola como reprodutora da dominação simbólica ocidental e no nível do senso comum, que perpetua estereótipos e preconceitos a partir do desconhecimento da existência de outros modos de ser e estar no mundo. Objetiva-se, nesta apresentação, destacar a interdependência entre o letramento étnico-racial e a abertura à interculturalidade, em um relato de experiência na atuação da vivência “Letramentos na infância nas culturas africana, afro-brasileira e indígena”, exemplificando aspectos das tradições Nagô e Guarani. A história do Brasil recontada e sentida a partir das alteridades. Diálogo com Foucault (2009), Viveiros de Castro (2018), Bourdieu (2021), Mignolo (2014), Sodré (2017; 2023), Clastres (1990), entre outros.

**Palavras-chaves:** Interculturalidade. Letramento étnico-racial. Formação continuada. Tradição Nagô. Tradição Guarani.

<sup>14</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. E-mail: tatiana.maciell@uemg.br

<sup>15</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. E-mail: gabymoraisk@gmail.com



## BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DA UFAC: EXPERIÊNCIAS DE ALUNOS COTISTAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Ló-Ruama Íllary Freires Pereira<sup>16</sup>

O presente trabalho tem como objetivo abordar a experiência de estudantes negros ao passar pelas bancas de heteroidentificação para ingressar no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac) através da lei 12.711/2012 (Lei de Cotas). As bancas de heteroidentificação foram implementadas na Ufac em 2021 através da resolução Nº 51, de 23 de setembro de 2021, que fundamenta a instituição de bancas para análise e validação da autodeclaração de candidatos pretos, pardos e indígenas. Tal avaliação ocorre mediante a constatação de características fenotípicas do candidato, de modo a evitar possíveis fraudes e garantir que a reserva de vagas para negras e indígenas seja devidamente ocupada pelo seu público-alvo. A metodologia utilizada será de cunho qualitativa, contendo uma pesquisa documental e a utilização de questionários através da plataforma Google Forms. A base teórica utilizada se baseia em Goldenberg (2015), Feres Júnior et al. (2018), Felipe (2022), Costa (2024), Gomes; Silva; Brito (2021) e Garcia (2007). A escrita deste trabalho é fruto de uma pesquisa para a escrita de um trabalho acadêmico para a conclusão da disciplina de Políticas de Inclusão, Diversidade e Ações Afirmativas do Mestrado em Educação da Ufac. Destarte, uma vez que este estudo ainda está em andamento, ainda não há um resultado final, mas quando houver será apresentado e submetido para publicação.

**Palavras-chave:** Bancas de heteroidentificação; Lei de Cotas; Licenciatura em História.

---

<sup>16</sup> Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: pereiraloruama@gmail.com



## INTERIORIZAÇÃO/UFAC E PROCESSOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kaliny Custodio do Carmo<sup>17</sup>

A interiorização na Universidade Federal do Acre é responsável por ofertar cursos de graduação e de formação de professores/as para núcleos e polos de municípios acreanos que estejam fora do Campus Sede, localizado na capital, Rio Branco. A realização dos procedimentos de heteroidentificação faz parte das disposições dos editais e é um importante vetor para a efetivação da política de reserva de vagas, instituída pela lei nº 14.723/2023. O objetivo deste texto é relatar algumas experiências vivenciadas, enquanto membra da comissão de heteroidentificação da interiorização, durante o trabalho nos núcleos/polos, dando ênfase aos desafios enfrentados. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo devido seu caráter adaptável para pesquisas como esta. Para embasamento teórico utiliza-se as contribuições de Gomes, Silva e Brito (2022) abordando as cotas como ferramenta essencial para promover a equidade e combater a desigualdade racial, democratizando a educação; Jesus (2021) dissertando sobre condições simbólicas, materiais e de resignificação identitária que as políticas de ações afirmativas promovem; Rios (2018) defendendo que a tarefa de heteroidentificação da comissão não substitui a autodeclaração, mas é uma atividade complementar e necessária. Relato então que desde 2022 faço parte da comissão que realiza os procedimentos de heteroidentificação através da interiorização, neste período foram atendidos candidatos/as dos municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Feijó, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Tarauacá, na maioria das localidades foram encontradas precariedades para a realização das atividades, podendo ser listadas: a falta de local adequado para a realização das entrevistas, difícil acesso aos núcleos/polos, internet lenta e até mesmo inexistente, além da falta de letramento racial de candidatos/as brancos/as que se inscreviam em vagas que não lhes era de direito. Tais desafios refletem a necessidade de melhorias nos espaços que recebem a comissão e o urgente investimento nos municípios, tanto em quesitos estruturais, como educacionais, para a efetivação da política pública de forma equânime sem prejuízo para aqueles/as que dela se beneficiarão. Estas políticas são reparatórias e imprescindíveis para uma educação mais igualitária e de maior abrangência, tanto para os centros urbanos, quanto para os municípios que são postos as margens, por isto, a manutenção e o investimento nestas ações tornam-se cruciais.

**Palavras-chave:** Interiorização. Heteroidentificação. Desafios.

---

<sup>17</sup> Especialista em Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; possui Bacharelado e Licenciatura em História; Discente do Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade, todos pela Universidade Federal do Acre – Ufac; Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre - Neabi/Ufac. E-mail: kaliny.carmo@sou.ufac.br



## **AÇÕES AFIRMATIVAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (PPGS/UFAC): PPG EM CIÊNCIA DA SAÚDE NA AMAZÔNIA**

Athina Magalhães Alves<sup>18</sup>

Esta pesquisa trata de um projeto de Iniciação Científica sobre as ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre (PPGs/Ufac). A inserção de ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação surgiu através da Portaria Normativa Nº 13, de 11 de maio de 2016, expedida pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de tornar mais democrático o acesso da população negra e indígena nos cursos de pós-graduação. O objetivo deste trabalho foi analisar o alcance das ações afirmativas no Programa de Pós-graduação em Ciência da Saúde na Amazônia entre os anos de 2016 a 2022, utilizando como metodologia a revisão de literatura e análise documental de editais. Posteriormente, os dados coletados foram analisados à luz dos referenciais teóricos como Quijano (2010) e Walsh (2007), que permitem considerar outros sujeitos e narrativas além da hegemonia colonizadora. Além disso, também é utilizado a Teoria Racial Crítica (Ferreira, 2015) que traz a raça como elemento central da análise. Em relação aos estudos das Ações Afirmativas no Brasil os trabalhos de Feres Júnior et al (2018), Silva e Borba (2018) e Vanali e Silva (2019), Van Dijk (2021), Gomes (2017), dentre outros. Concluiu-se que, o Curso de Pós-graduação em Ciência da Saúde na Amazônia entre os anos de 2016 a 2022, muitas vezes enfrentou dificuldade em especificar o quantitativo de vagas para pessoas pretas pardas e indígenas (PPI), esse dado ficou evidenciado pelo fato de que alguns anos o programa não disponibilizou os editais em seu respectivo site, ou não especificou no edital o quantitativo de vagas para PPI.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas. Reserva de vagas PPI. Programas de Pós-Graduação. Universidade Federal do Acre.

---

<sup>18</sup> Licencianda em História, na Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: athina.alves@sou.ufac.br



10ª SEMANA EM FAVOR DE  
IGUALDADE RACIAL

Justiça, educação e liberdade,  
a causa é legítima!

## **GRUPO DE TRABALHO**

# **TRANSGREDINDO A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA: POSSIBILIDADES DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE LÍNGUA(GENS)**





## PRODUÇÕES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES (2016 – 2022)

Rafaela dos Santos Araujo<sup>19</sup>  
Maria Eduarda de Matos Martins<sup>20</sup>

O presente trabalho busca apresentar as produções dos cursos de pós-graduação do Centro de Educação, Letras e Artes, levando em consideração o tipo de produção, gênero dos autores, ano de defesa, sujeitos envolvidos na pesquisa, metodologias, orientadores, perspectiva teórica. A escolha dessa temática se faz necessária para uma melhor compreensão e análise no que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos. Assim, tem-se como objetivo analisar as produções que tem como sujeitos da pesquisa a população negra e/ou indígena, o recorte temporal aplicado é dos anos de 2016 a 2022. A pesquisa baseou-se no método quanti-qualitativa por meio de análise bibliográfica, a busca dos dados foi feita nos sites institucionais dos programas e posteriormente foi realizada a catalogação e produção dos resultados em gráficos. Foi utilizado como referencial teórico Gomes (2017) e Feres Júnior et. al (2018). Dentre os resultados obtidos verificou-se que o tipo de produção eram todos foram do tipo dissertação, com relação ao gênero, a maioria dos autores pertenciam ao gênero feminino, os anos que obtiveram um maior quantitativo de produções foram os anos de 2018 e 2021. Além disso, os dados mostraram que a maioria dos trabalhos eram referentes aos sujeitos Indígenas. Com base nas metodologias, a maioria baseou-se em pesquisa qualitativa e documental, a perspectiva teórica mais adotada foi estudos culturais e quanto a orientação se destacou em maior número de trabalhos a Profa. Dra. Francielle Maria M. Mendes. Diante disso, é notável perceber que dentro dessa linha do tempo ainda são poucos os trabalhos produzidos que envolvam os sujeitos indígenas e a população negra.

**Palavras-chave:** Programa de Pós-Graduação, Ações Afirmativas e Estado da Arte.

---

<sup>19</sup> Aluna do Curso de Bacharelado em Nutrição da Universidade Federal do Acre. E-mail: rafaela.araujo@sou.ufac.br.

<sup>20</sup> Aluna do Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Acre. E-mail: maria.eduarda.m.m@sou.ufac.br



## "SESA WO SUBAN"<sup>21</sup>, MUDE OU TRANSFORME: DISCURSOS COMO MANIFESTAÇÕES FORTALECEDORAS DO MOVIMENTO ANTIRRACISTA

Geovanna Moraes de Almeida<sup>22</sup>

Este trabalho é produto final da disciplina de "Discursos, sujeitos e identidades" do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac) e tratou sobre a categoria discurso pensada em uma perspectiva antirracista. A justificativa se ancora na potencialidade que a manifestação discursiva carrega na construção de uma sociedade fundamentada em princípios de promoção de igualdade racial, ao preconizar uma história e cultura afro-brasileira positivada por meio de práticas discursivas trazendo assim uma mudança social, em contraponto ao racismo estrutural (Almeida, 2019) que produz e viola existências negras e indígenas. O objetivo deste trabalho é o de traçar uma revisão conceitual das acepções de discurso, considerando a complexidade de sua compreensão, sendo esta alicerçada em significações sobrepostas e conflitantes, bem como pensar o discurso sob uma perspectiva faircloughiana, evocando a mudança social por intermédio da atividade discursiva, com enfoque no discurso antirracista no Brasil. Tem-se aqui uma abordagem qualitativa de pesquisa, com a metodologia baseada no levantamento de bibliografia sobre o tema proposto, com base na bibliografia da disciplina retromencionada. Os referenciais teóricos utilizados foram Tfouni, Pereira e Milanez (2018), Benveniste (2006), Volóchinov (2017), Pêcheux (1995), Foucault (2000, 2007, 2013), Fairclough (2001) e Van Dijk (2021). Observou-se que é relevante o envolvimento de todos os sujeitos com suas práticas micro e macrosociológicas, a fim de que, atrelado à tradição textual produzida por intermédio dessas relações, haja uma efetiva mudança social na busca por uma sociedade antirracista.

**Palavras-chave:** Discurso Antirracista. Mudança Social. Promoção de Igualdade Racial.

---

<sup>21</sup> Sesa wo suban é um símbolo adinkra africano que transmite o aforismo de mudança e transformação. O ideograma assume a forma de estrela dentro de uma roda, representando o movimento dialético da dinâmica da vida, influenciado pelos processos provocados pela natureza ou seres humanos, sendo este último o foco desta presente obra: as mudanças sociais associadas às práticas discursivas empreendidas por pessoas em seu meio social.

<sup>22</sup> Universidade Federal do Acre - Ufac. E-mail: geovannamdealmeida@gmail.com



## RACIALIZANDO A LÍNGUA DE EULÁLIA: REVENDO CONCEITOS A PARTIR DO SUL GLOBAL

Andressa Queiroz da Silva<sup>23</sup>

O texto objetiva realizar reflexões acerca da obra “A Língua de Eulália”, esta obra que se tornou um bestseller para o “mundo da linguística”, bastante utilizado nos cursos de formação de professores de línguas, e deixou importantes reflexões e contribuições para o campo, especificamente para a área da Sociolinguística. Mas, mesmo após três décadas de sua publicação torna-se necessário investigar e ponderar “lacunas” deixadas pela obra e que são importantes serem destacadas, ou ainda rever/reler a obra a partir de novas perspectivas epistemológicas. Para isto utilizaremos como referencial teórico autores do chamado sul global, como Gonzales (1988), Makoni e Meinhof (2006) e Nascimento (2019, 2022), além da perspectiva da Raciolinguística de Rosa e Flores (2017). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfico, utilizando como objeto de análise a obra “A Língua de Eulália”. Concluiu-se que racializar a língua de Eulália, inserindo a categoria raça no debate, a partir das novas perspectivas epistemológicas do sul global pode propiciar a construção de novas percepções acerca das línguas a partir de seus falantes.

**Palavras-chave:** A Língua de Eulália; Raciolinguística; Racializar a língua; Raça.

---

<sup>23</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre – Ufac; Professora de Língua Portuguesa da Rede de Educação Estadual. Email: andressa.queiroz@sou.ufac.br



## TRILHANDO OS CAMINHOS DA SANKOFA<sup>24</sup>: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS DISSERTAÇÕES DO PPGLI/UFAC

Jardel Silva França<sup>25</sup>

O presente trabalho tem por objetivo identificar os produtos desenvolvidos com recorte étnico-racial no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac), mostrando as atividades que são desenvolvidas dentro do programa. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste texto é o “estado da arte” (Ferreira, 2002), em consonância com Revisão de literatura (Luna, 1999), no qual realizou-se um mapeamento, por meio da pesquisa bibliográfica, assentada na análise das dissertações produzidas pelo PPGLI/Ufac de 2007 a 2020, por intermédio do Banco de Dissertação, disponível na página oficial da referida instituição federal de ensino superior. O estudo partiu dos pressupostos teóricos de autores como: André (2009); Ferreira (2002); Megid (1999); Vosgerau e Romanowski (2014). Os estudos sistematizados mostram lacunas dentro de seus espaços investigativos, sendo fontes importantes para se pensar a construção de políticas de promoção de igualdade, a fim de suprir as ausências demonstradas nas pesquisas.

**Palavras-chave:** Estado da Arte. PPGLI/Ufac. Dissertações. Étnico-raciais.

---

<sup>24</sup> Sankofa é um ideograma que faz parte de um sistema simbólico africano, do país de Gana, conhecido como adinkra, que traz em sua essência provérbios africanos, o significado de Sankofa remete a “aprender com o passado para construir o futuro”, onde ao retornarmos ao passado com um olhar crítico, podemos pensar novas formas de se produzir conhecimentos capazes de subsidiar a construção de políticas de promoção de igualdade racial (Dybax, 2016).

<sup>25</sup> Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (PPGLI/ Ufac). Licenciado em História (Ufac). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: jardel.franca@sou.ufac.br



## TECENDO SABERES, RE-CONDUZINDO SOCIEDADES: PERSPECTIVAS E METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Rykelmy Carmo Sampaio dos Santos<sup>26</sup>  
Jeissyane Furtado da Silva<sup>27</sup>  
Andressa Queiroz da Silva<sup>28</sup>

A literatura afro-brasileira urge refletir sobre os processos, as vivências e as experiências de um ser negro em constante construção, que faz uso da palavra para reescrever a história, os signos e os símbolos que cernem sobre si. Na premissa de uma literatura que versa sobre a identidade brasileira, consoante a uma legislação que prevê o seu ensino na educação básica e superior, a partir da Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, esta pesquisa se propõe a compreender os caminhos teóricos e metodológicos para o ensino da literatura afro-brasileira, diante de um compromisso social e histórico da literatura. Para isso, será utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica e qualitativa que se apropria dos postulados teóricos dos Estudos Raciais, da Teoria Literária e do Ensino de Literatura, que opere leituras e metodologias para se pensar o fazer e o vivenciar literário, a partir dos postulados de Rildo Cosson (2006, 2020), Eduardo de Assis Duarte (2021), Toni Morrison (2019, 2020), Antonio Candido (2011), Chimamanda Ngozi Adichie (2019), Roland Barthes (2013), Frantz Fanon (2008), Achille Mbembe (2014, 2018), Edward Said (1995) e Rafael Balseiro Zin (2018). Sob tais reflexões, pretende-se teorizar os caminhos e as possibilidades da literatura afro-brasileira, em termos teóricos e práticos, no contexto do ensino e da leitura.

**Palavras-chave:** Literatura afro-brasileira. Lei 10.639/2003. História e Cultura Afro-brasileira.

---

<sup>26</sup> Discente do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: rykelmy.santos@sou.ufac.br

<sup>27</sup> Docente da Universidade Federal do Acre – Ufac e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade pela mesma universidade. E-mail: jeissyane.silva@ufac.br

<sup>28</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre – Ufac; Professora de Língua Portuguesa da Rede de Educação Estadual. Email: andressa.queiroz@sou.ufac.br



## TECER HISTÓRIA(S) INTER(CULTURAIS): TRAMANDO ENSINO DE HISTÓRIA E POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO SABER-FAZER DA EDUC(AÇÃO) ANTIRRACISTA E TRANSGRESSORA

Danilo Rodrigues do Nascimento<sup>29</sup>

Este trabalho emergiu das experiências deste pesquisador na disciplina de Ensino de História do Curso de Licenciatura em História e da Residência Pedagógica da área de História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Nesse sentido, o objetivo delineado é explorar a interseção entre o Ensino de História e as políticas públicas de promoção da igualdade racial, focando na educação intercultural crítica. Para tanto, adotou-se um caminho teórico-metodológico fundamentado na pesquisa bibliográfica e na pesquisa-ação, dialogando com os estudiosos Thiollent (1986), Veyne (1998), Gil (1999), Hooks (2017), Larossa (2004), Bittencourt (2018), Oliveira (2021) e Walsh (2009). Os resultados indicam uma necessidade premente de repensar as práticas pedagógicas no Ensino de História, integrando perspectivas interculturais que promovam a valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas. As políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, apesar dos avanços legislativos, ainda enfrentam desafios significativos em sua efetiva implementação, especialmente no contexto escolar. Através da pesquisa-ação, identificou-se estratégias pedagógicas que podem fomentar um ensino mais inclusivo e representativo, ressaltando a importância do diálogo entre saberes tradicionais e acadêmicos. Em conclusão, este estudo reforça a relevância de uma educação intercultural no Ensino de História como um meio eficaz para promover a igualdade racial e valorizar a diversidade cultural. As práticas pedagógicas podem ser continuamente reavaliadas e adaptadas, com o objetivo de formar cidadãos críticos e conscientes das múltiplas narrativas que constituem a sociedade brasileira. A implementação efetiva de políticas públicas nesse contexto é pertinente na construção de uma educação intercultural e equitativa.

**Palavras-chave:** Educação. Interculturalidade. Saber-fazer.

---

<sup>29</sup> Possui bacharelado e licenciatura em História e atualmente cursa o Doutorado no Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade, todos pela Universidade Federal do Acre – Ufac; E-mail: danilo.rodrigues@sou.ufac.br



## A LITERATURA DE TEMÁTICA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Ingridy Silva Rodrigues<sup>30</sup>

A literatura desempenha um papel importante no desenvolvimento infantil, pois as produções literárias são ferramentas que contribuem no processo de formação do sujeito. Esta proposta de estudo preocupa-se com a literatura enquanto ferramenta de ensino para ampliar o repertório cultural, linguístico e imaginário das crianças acerca da temática africana e afro-brasileira. O objetivo geral deste trabalho é compreender a literatura de temática africana e afro-brasileira como ferramenta pedagógica no ensino de linguagem para a educação infantil e como objetivo específico promover a valorização das narrativas que abordam a história e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil. Como metodologia, o estudo se caracteriza como qualitativo (Minayo, 1994) e possui caráter descritivo, uma vez que parte das produções já existentes (Gil, 2002). O instrumento de coleta partirá da pesquisa bibliográfica com o intuito de estabelecer os limites que circundam a temática (Gil, 2002), partindo dela os dados serão analisados e interpretados a partir da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (1977). O aporte teórico parte do diálogo com Candido (2004), Coelho (2000), Munanga (2015) e Debus (2017), bem como no escopo da lei 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER, 2004). Espera-se com este trabalho que a literatura de temática africana e afro-brasileira seja vista como um recurso pedagógico para o fomento desta temática para o ensino de linguagem na educação infantil.

**Palavras-chave:** Literatura. Temática Africana e Afro-brasileira. Educação infantil. Proposta Pedagógica.

---

<sup>30</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/Ufac). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) e do Grupo de Pesquisa Investigação Docente e Diversidades (GRIDD/Ufac). E-mail: teodoroana953@gmail.com



## AUDIOVISUAL E PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL: O PAPEL DO CINEPIR

Kaliny Custodio do Carmo<sup>31</sup>

O “CinePIR: conhecendo cinemas para Promoção de Igualdade Racial” é uma iniciativa do Neabi/Ufac que busca, por intermédio de audiovisuais, exclusivamente filmes, discutir temáticas étnico-raciais de forma crítica e reflexiva. Trata-se de uma ação de extensão importantíssima dentro da universidade, dado seu caráter interdisciplinar e de potente instrumento de combate ao racismo. O objetivo deste escrito é apresentar os resultados da 1ª edição desta ação, ocorrida em 2023. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, levando em consideração que o cinema negro muitas vezes reflete vozes e histórias que foram marginalizadas ou silenciadas. Como referências teóricas utiliza-se Hooks (2019) tratando da importância da representação positiva e autêntica de personagens negros, que desafiam os estereótipos e oferecem uma visão mais complexa das experiências raciais; Freitas e Coutinho (2013) que abordam o uso do cinema em práticas pedagógicas como aliado da educação e produtor de novas experimentações de pensamentos devido seu caráter problematizador e transgressor e Santos (2013) que reflete o cinema negro como significativo elemento na luta antirracista. No decorrer das atividades foram assistidos e debatidos os filmes: Medida Provisória (2022), Bacurau (2019) e Ruby Bridges (1998), durante o processo os/as participantes da atividade externaram diversas questões pertinentes sobre a temática étnico-racial como, por exemplo, a maneira que a população negra é vista perante o estado brasileiro, contextos do racismo, processos de (re)existências dos/as sujeitos/as, múltiplas identidades e criticidade aos próprios audiovisuais expostos. Além disso, ofertou-se aos/as cursistas uma oficina de resenhas cinematográficas que culminou no seminário de apresentações de resenhas de filmes escolhidos pelos/as próprios/as participantes, tendo sido evidenciadas as seguintes produções: Emicida: Amarelo - É Tudo pra Ontem (2020), Cidade de Deus (2002), Corra (2017), Filhos de Ninguém (2018), Racionais: Das Ruas de São Paulo Pro Mundo (2022), What Happened, Miss Simone? (2015), Estrelas além do tempo (2016), Medida Provisória (2022) e Till - A Busca por Justiça (2022). Portanto, conclui-se que a 1ª edição do CinePir cooperou para a promoção de igualdade racial ao debater representatividade, empoderamento, conscientização e educação com ênfase nas relações raciais, outrora, atividades como estas contribuem para uma sociedade mais crítica, justa e igualitária.

**Palavras-chave:** CinePir. Cinema Negro. Promoção de Igualdade Racial.

---

<sup>31</sup> Especialista em Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; possui Bacharelado e Licenciatura em História; Discente do Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade, todos pela Universidade Federal do Acre – Ufac; Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre - Neabi/Ufac. E-mail: kaliny.carmo@sou.ufac.br





## SAMAÚMA VIVIFICANTE: O *BEM VIVER* E A EDUCAÇÃO FEMININA DE(S)COLONIAL

Joely Coelho Santiago<sup>32</sup>  
Marina Vieira de Carvalho<sup>33</sup>

Este trabalho tem como objetivo discutir e registrar o Projeto de Extensão Curricular Samaúma Vivificante: o Bem Viver e a educação feminina de(s)colonial – Programa Curricular de Extensão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). O Samaúma tem em suas matrizes metodológicas formas inter e transdisciplinar que oportunizam interculturalidade crítica (Walsh, 2007, 2009) entre saberes acadêmicos e saberes interseccionais femininos de mulheres indígenas, negras, afro-indígenas e camponesas/agro-extrativistas na e da Amazônia acreana, que, historicamente e socialmente, (re)constroem e (re)organizam suas estratégias de luta e sobrevivência. Dito isso, embebidas por conceitos de(s)coloniais que potencializam-nos conscientizações e senso crítico na luta contra capitalismo patriarcal, racista e cis-heteronormativo moderno-ocidental (Lugones, 2008; Quijano, 2009; Paredes, 2013) no que se refere a uma nova perspectiva centrada, a partir de uma interpretação na Samaúma, enquanto majestosa árvore, cuja nomeia esse Programa e seus múltiplos agentes, tendo a compreensão do conceito feminino como potência vivificante; a partir de experiências e práticas de Bem Viver vivenciadas por mulheres protagonistas em variados espaços sociais e políticos no estado Acre, participantes do Projeto Samaúma. Os resultados evidenciam possibilidades/necessidades de ampliar a discussão sobre Bem Viver que promova educação feminina de(s)coloniais nos variados espaços, como estes da academia, assim como possibilidades de novos desafios e caminhos para história e cultura afro-brasileira no ensino de língua(gens) e, desta forma, dialogarmos a respeito de outras sensibilidades, criatividade, afetos e conhecimentos que tornem possível novos processos de subjetivação, os quais prescindem das identidades colonizadas de gênero, sexualidade, raça e classe.

**Palavras-chave:** Samaúma Vivificante. Educação Feminina. Bem Viver. Amazônia acreana.

---

<sup>32</sup> Doutoranda em Letras: Linguagem e Identidade, na Universidade Federal do Acre. Bolsista Capes, Brasil. Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI/Ufac); Mestrado em História e Estudos Culturais (Unir, 2019); Licenciatura em Letras e suas respectivas Literaturas (Unir, 2016); Licenciatura em História (Faveni, 2022). E-mail: joely.santiago@sou.ufac.br

<sup>33</sup> É professora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Acre (UFAC), na qual coordena o projeto de ensino-pesquisa "Pérolas Negras: afro-brasilidades e usos públicos da história" e o programa curricular de extensão: "Samaúma Vivificante: o Bem Viver e a educação feminina de(s)colonial". Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com período sanduíche em Université Paris VII (Paris-Diderot). Possui mestrado em História Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Gama Filho (UGF). E-mail: marinacarvalhohist@gmail.com



## UMA TECNOLOGIA ANCESTRAL AFRICANA, UMA FORMA DE LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ADINKRAS NO VIVER CIÊNCIA

Beatriz Domingos da Silva<sup>34</sup>

O presente trabalho trata sobre a realização de um trabalho inscrito na Amostra Acreana de Educação, Ciência e Tecnologia e Inovação no ano de 2023, sobre os adinkras, que são símbolos que constituem um sistema de escrita pictográfica do povo Akan que habitavam a região compreendida hoje como os países de Gana e Costa do Marfim. Esse é um trabalho que foi desenvolvido com na Escola Estadual de Ensino Fundamental anos Finais Edilson Façanha, buscando inserir a temática referente à História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e as questões científicas. Dessa forma, utilizando-se de uma perspectiva interdisciplinar, unindo os conhecimentos de história, linguagens e artes, realizamos algumas atividades com fins de conhecermos mais das histórias e culturas africanas, como é o caso dos Adinkras. Pois, por muito tempo se perpetuou uma ideia de que a África não era produtora de conhecimentos, sofrendo processos de silenciamentos e exclusão dos/nos currículos. Assim, as atividades realizadas buscaram propiciar uma possibilidade de analisar e compreender que as diferenças sociais, políticas e culturais devem ser respeitadas e da mesma maneira, as culturas devem ser valorizadas. A metodologia utilizada foi de aulas dialogadas e a reprodução de adinkras para exposição. Alguns dos teóricos utilizados foram Brasil (2004) que são diretrizes para trabalhar EREER e Munanga (2015) que dialoga com o porquê é importante trabalhar essa temática. Pois, conhecer aspectos das histórias e culturas africana e afro-brasileira, para valorização e o reconhecimento da resistência contra processos de silenciamento e exclusão, em cumprimento a lei nº 10.639/2003 e compreender saberes e formas de manifestações históricas, culturais e identitárias africanas e afro-brasileiras. Trabalhar com as Simbologias Adinkras contribuiu de forma efetiva na educação dos alunos, pois promoveu a possibilidade de conhecer e vivenciar experiências e promover a valorização e o respeito para com essas histórias e culturas.

**Palavras-chaves:** Adinkras. Simbologias. Relações Étnico-Raciais. Viver Ciência.

---

<sup>34</sup> Professora de História da Educação Básica. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre – Neabi/Ufac. E-mail: beatrizufac@gmail.com



## PRÁTICAS CURRICULARES AUTORAIS NAS ESCOLAS DA FLORESTA: O BILINGUISTO COMO PRÁTICA DE INSUBORDINAÇÃO HUNI KUĨ

Ian Costa Paiva<sup>35</sup>

O povo Huni Kuĩ, etnia que (re)existe na Amazônia Acreana - falante da família linguística Pano, Hatxã Kuĩ -, habita historicamente em cinco municípios do estado: Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo de Azevedo, Jordão, Feijó e Tarauacá, nas margens do rio Humaitá. Sendo a etnia mais populosa no estado, atualmente com 104 aldeias em 12 Terras Indígenas. Ainda na segunda metade da década de 1970, o povo Huni Kuĩ com suas lideranças masculinas e femininas, como pajés e caciques, passaram a atuar de forma protagonista na luta pelos direitos dos povos originários, tais como o direito à terra reconhecida, demarcada e regulamentada, direito à saúde e, fundamentalmente, o acesso à educação autoral indígena, com a busca da elaboração de currículos com práticas pedagógicas voltadas ao fortalecimento da língua materna do povo, ainda como com a inserção de conteúdos didáticos que assumissem um caráter valorativo quanto as suas culturas e identidades (Hall, 1992) por meio do projeto intitulado Experiência de Autoria (1983) com formação continuada para professoras(es) indígenas do povo, ou Yusinã, como é grafado na língua Haxtã Kuĩ. O objetivo deste trabalho é compreender o processo de incorporação do ensino da língua materna do povo Huni Kuĩ como sendo parte elementar do currículo autoral indígena nas escolas da floresta. Utilizaremos como aporte teórico e metodológico revisões bibliográficas de autores como Kaxinawá (2014), Baniwa (2019), Krenak (2019), Ibã (2004), como também análise documental (Bloch, 1949) através de cartilhas pedagógicas, diários de classe de professores ligados à Organização de Professores Indígenas do Acre (Opiac). Portanto, consideramos os resultados parciais obtidos se somam à retomada da língua materna para a criação de associações e organizações artísticas, econômicas, culturais, e espirituais para o povo manifestados através do Hatxã Kuĩ, de modo que os impulsionassem para o caminho da autodeterminação.

**Palavras-chave:** Currículo de autoria. Bilinguismo. Educação escolar indígena

---

<sup>35</sup> Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: ian.paiva@sou.ufac.br



## LITERATURA E O ENSINO DE HISTÓRIA: A OBRA *ÚRSULA* COMO FONTE HISTÓRICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Karen Kristina Araújo Vasconcelos<sup>36</sup>

A presente proposta de pesquisa está em estado inicial de desenvolvimento e tem como intuito trabalhar a relação entre Literatura e o Ensino de História, objetivando utilizar a obra literária *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis enquanto fonte histórica para o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira. A escolha visa realizar uma relação histórica entre a obra e a História do Brasil. Será utilizada a metodologia qualitativa para a análise do texto literário em sua determinada temporalidade histórica e a preparação de sequências didáticas que terá como material de apoio a obra citada a partir do que está disposto no Currículo de Referência Único do Acre (Crua), especificamente o currículo do componente curricular História, buscando destacar a literatura como uma fonte historiográfica para a execução desta pesquisa. O embasamento teórico sobre a relação entre História e Literatura será posta através de Santos (2007), Barros (2019) e Nascimento (2021) também será usado Munanga (2015) e Gomes (2017). A pesquisa encontra-se em estado inicial e por decorrência disso não possui resultados, mas espera-se com esta a possibilidade de que os alunos trabalhem a habilidade de aprender e utilizar o texto literário como elemento necessário para a formação da História do Brasil associando-a também aos conteúdo do currículo de História a partir das habilidades expressas no Crua-História, e que sob outra perspectiva, os alunos possam confrontar sua realidade principalmente no contexto que envolve sua identidade racial.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Literatura. História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

---

<sup>36</sup> Discente do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, membra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Neabi/Ufac. E-mail: karen.vasconcelos@sou.ufac.br



**10ª SEMANA EM FAVOR DE  
IGUALDADE RACIAL**

**Justiça, educação e liberdade,  
a causa é legítima!**

## **GRUPO DE TRABALHO**

# **HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**



## **A CAPOEIRA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003: EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MARILDA GOUVEIA VIANA (2022-2024)**

Adriane Ribeiro<sup>37</sup>

Este resumo é fruto do projeto de pesquisa intitulado “A Capoeira como prática pedagógica para a efetivação da Lei 10.639/2003: experiência na Escola Marilda Gouveia Viana (2022-2024)”, que está em desenvolvimento na disciplina de Pesquisa Histórica I do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). A justificativa para este tema se dá a partir da relevância social e acadêmica da arte da capoeira e tem como objetivo analisar como ela pode ser uma forte aliada para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em âmbito escolar, como preconiza a lei 10.639/2003 (Brasil, 2003). A metodologia empregada nessa pesquisa partirá de uma pesquisa bibliográfica, que embasará os estudos teóricos. Posteriormente, pretende-se realizar entrevistas com alunos praticantes e mestres de capoeira, a fim de entender o impacto dessa prática em relação ao Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira a partir da história oral. Os principais referenciais teóricos utilizados na construção desta pesquisa são Munanga e Gomes (2006), Vidor e Reis (2013) e Soares (1994). Por se tratar de uma pesquisa em estágio inicial, ainda não há resultados a serem apresentados, porém, ao final espera-se a compreensão de como a capoeira apresenta elementos para o ensino de história e cultura afro-brasileira.

**Palavras-chave:** Capoeira. Prática Pedagógica. Ensino de História. Lei 10.639/2003.

---

<sup>37</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, bolsista do Programa de Iniciação à Docência Pibid/História (2022-2024). Atualmente bolsista do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac). E-mail: adrianeribeiro013@gmail.com.



## ESTADO DA ARTE - PRÁTICAS DE TRADIÇÕES QUILOMBOLAS

Almerinda Cristina Oliveira de Souza Sobral<sup>38</sup>

Márcia Esteves de Calazans<sup>39</sup>

O estudo se concentra em analisar o “Estado da Arte” no contexto das práticas quilombolas, particularmente aquelas lideradas por mulheres negras no Brasil. Procurando examinar a resistência cultural e os processos de preservação da identidade cultural dessas comunidades. O objetivo principal é explorar e compreender o “Estado da Arte” em relação às práticas das comunidades quilombolas, particularmente no papel das mulheres negras quilombolas. O referencial teórico baseia-se nos Estudos Culturais, utilizando Stuart Hall (2006) para discutir o conceito de cultura, enquanto Garcia Canclini (2003) trata da interculturalidade, e Zubaran, Wortmann e Kirchof (2016) exploram os conceitos de representação e identidade. Além disso, Abdias Nascimento (2019) destaca a centralidade da negritude nas práticas culturais, e Pinheiro (2023) enfatiza a importância do ensino sob uma perspectiva afrocêntrica. A metodologia aplicada é a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e quantitativo, permitindo à pesquisadora maior amplitude para examinar fenômenos por meio das análises de teses, dissertações e artigos científicos. Frente à escassez inicial de publicações sobre o tema, no domínio da Educação, foi obrigatório buscar em áreas interdisciplinares. Encontrando um número pequeno de publicações nos periódicos direcionados a temas educacionais, envolvendo questões étnico-raciais. Porém, foi identificada uma falha referente ao foco da sexualidade de indivíduos, sendo a maior concentração dos estudos no gênero masculino. Também se percebeu a baixa produção científica acerca de trabalhos acadêmicos sobre relações étnico-raciais em algumas regiões do país e no programa de pós-graduação de Educação em Estudos Culturais da ULBRA. O resultado deste estudo contribui para incentivar um olhar mais inclusivo nas publicações, levando em conta a interseccionalidade que envolve a diversidade cultural e regional, e as várias dimensões de identidade de gênero e sexualidade, abrindo espaço para futuras investigações que possam aprofundar o debate sobre as práticas culturais e as formas de resistência das comunidades negras e quilombolas.

**Palavras-chaves:** Mulheres quilombolas. População negra. Tradições culturais. Identidade. Relações étnico-raciais.

<sup>38</sup> Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. E-mail: almerindasobral@rede.ulbra.br

<sup>39</sup> Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. E-mail: marcia.calazans@ulbra.br



## A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS SEDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Ana Ingridy Silva Rodrigues<sup>40</sup>

Este trabalho compõe-se como recorte da pesquisa "A educação das relações étnico-raciais nos cursos de Pedagogia do Brasil", a mesma é vinculada à Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo geral deste trabalho é entender como a educação das relações étnico-raciais (ERER) se constitui no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre - Campus Sede para atender a lei 10.639/2003 e seus documentos correlatos e como objetivo específico, este trabalho busca analisar como a temática, história e cultura africana e afro-brasileira está inserida no Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Este estudo constitui-se como qualitativo (Minayo, 1994), nessa perspectiva, a coleta de dados partiu do levantamento bibliográfico (Gil, 2002) e por fim, a sistematização dos dados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Dessa forma, a análise concentrou-se no escopo da lei 10.639/2003, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) (Brasil, 2004), no Plano de Implementação das DCNERER (2009) e no PPC do curso de Pedagogia do Campus Sede da Universidade Federal do Acre (Ufac). O aporte teórico, utilizado parte do incessante diálogo com Freire (1987), Oliveira e Candau (2010) e Munanga (2015). Quanto aos resultados, o PPC em estudo é do ano de 2009, a lei 10.639/2003 aparece nas referências e ementa da disciplina Culturas e Histórias Africanas dos Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, esta disciplina possui carga horária de 60h, propõe em sua ementa a discussão da ERER e tem como referências a lei 10.639/2003 e o parecer e resolução da DCNERER. O PPC preconiza ainda, a formação de professores para a educação básica voltada para o acolhimento e o trato da diversidade e os objetivos apresentam a preocupação com a diversidade cultural e a superação de preconceitos.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/2003. Projeto Pedagógico de Curso. Pedagogia. Campus Sede/Ufac.

---

<sup>40</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/Ufac). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) e do Grupo de Pesquisa Investigação Docente e Diversidades (GRIDD/Ufac). E-mail: teodoroana953@gmail.com





## A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA REGIÃO NORTE: UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Beatriz Domingos da Silva<sup>41</sup>

O presente trabalho trata da pesquisa sobre “A educação das Relações Étnico-Raciais nos cursos de Pedagogia do Brasil, sendo aqui tratada com recorte na região Norte, Universidade Federal do Pará, Campus Altamira. O objetivo deste resumo é expor considerações com o andamento deste estudo com o recorte mencionado. É indispensável a necessidade de identificar e incentivar a aplicação de uma educação antirracista, em caráter obrigatório ou optativo, mas que auxiliem os docentes e discentes com uma formação voltada para ERER, tão importante para a existência de uma educação democrática. O referencial teórico utilizado para compreender melhor a temática e que abrange os objetivos da pesquisa foram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004), Munanga (2015) sobre o porquê de ensinar a história da África e do negro no Brasil, entre outras leituras sobre práticas pedagógicas e o trabalho com a ERER sob a perspectiva da lei nº 10.639/2003. Após os estudos base foram iniciadas as análises dos PPCs dos cursos de pedagogia da região Norte, buscando identificar quais desses atendiam aos objetivos da pesquisa central em que alguns cursos foram selecionados pelo destaque com o trabalho realizado referente a ERER. A metodologia utilizada foi análise documental do PPCs e posteriormente entrevistas. Obteve-se alguns resultados ao realizar a análise dos PPCs, sendo um desses a seleção do PCC do Campus Universitário Altamira por fazer menção às leis 10.639/2003 e 11.645/2008, inserindo o diálogo com valores democráticos e formas de discriminação e racismo apresentando ainda a presença de duas disciplinas obrigatórias que discorrem sobre ERER intituladas “Educação e diversidade étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira” e “Educação Escolar e Povos Indígenas”. Assim, é possível identificar a existência de disciplinas que atendem as necessidades de se formar educadores.

**Palavras-chaves:** Educação das Relações Étnico-Raciais. Cursos de Pedagogia. Região Norte. Universidade Federal do Pará.

---

<sup>41</sup> Professora de História da Educação Básica. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre – Neabi/Ufac. E-mail: beatrizufac@gmail.com



## IDENTIDADE E FEMINISMOS NEGROS: RECONHECENDO VOZES E FORTALECENDO CONSCIÊNCIAS NO PROJETO AFROCIENTISTA

Ellen Cristina Setubal Brito<sup>42</sup>  
Luísy Mariá Xavier Rodrigues<sup>43</sup>

Este trabalho apresenta a prática pedagógica “Identidade e Feminismos Negros”, que faz parte das atividades realizadas no Projeto Afrocientista 4ª edição 2024, no Estado do Acre, sob coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) em parceria com o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (Cap/Ufac). O Projeto Afrocientista acontece para alunos(as) da educação básica, nível médio. No Estado do Acre, em sua 4ª edição em 2024, o projeto possui 11 bolsistas de educação básica e 2 voluntárias, sendo estas majoritariamente meninas negras. Assim, este trabalho se justifica na necessidade de oportunizar um espaço para discussão, pertencimento e troca de experiências entre meninas e mulheres negras. A partir disso, objetiva-se analisar as relações criadas entre jovens negros(as) a partir de suas compreensões das influências do feminismo negro na construção de identidades da população negra. A metodologia deste trabalho ampara-se em uma abordagem qualitativa, realizada por meio de roda de conversa focada na discussão e reflexão sobre conceitos relacionados à identidade e o contexto histórico, político e social dos feminismos negros, destacando sua importância para a resistência negra. Para aporte teórico utilizou-se Stuart Hall (2020), para compreender o conceito de identidade(s) dentro de um contexto racial e como ele se molda ao longo do tempo. Sueli Carneiro (2011) para o entendimento do dilema racial na vida de mulheres negras no Brasil. Patricia Hill Collins (2019) que discorre sobre o pensamento feminista negro. A discussão sobre identidade(s) e feminismos negros é fundamental para reconhecer as opressões interseccionais enfrentadas por mulheres negras, marginalizadas e invisibilizadas por uma sociedade pautada em um sistema racista e patriarcal. Ao abordar essas questões, amplia-se o entendimento sobre desigualdades estruturais promovendo soluções mais inclusivas para a emancipação dessas mulheres.

**Palavras-chaves:** Projeto Afrocientista. Identidade. Feminismos Negros. Meninas Negras.

<sup>42</sup> Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: ellensetubal.14@gmail.com

<sup>43</sup> Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: luisy.xavieer@gmail.com



## O IMPACTO DO ANTIRRACISMO EM REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE PESSOAS NEGRAS

Euzébio de Oliveira Monte Júnior<sup>44</sup>

Esta pesquisa utiliza formas de propagação da valorização de identidade racial para entender como elas influenciam positivamente o psicológico de uma pessoa negra por meio das redes sociais, como por exemplo a página do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) no Instagram, criada em 2018 com objetivos traçados na divulgação de suas atividades e na prestação de contas para a comunidade acadêmica e externa. A maioria das pesquisas que tratam a saúde mental de pessoas negras baseiam-se na predominância de casos de discriminação racial para descrever como ela é prejudicial e possui impacto psicológico negativo para esse grupo. Objetivando, portanto, analisar como o antirracismo em redes sociais na saúde mental de pessoas negras pode causar tal impacto, a metodologia para a realização deste trabalho baseou-se no campo histórico de José D'Assunção Barros, na obra "O Projeto de Pesquisa em História" (2015), utilizando "Psico-História" como dimensão, "História das ideias" para o domínio, e englobando as abordagens de "História oral" e "História quantitativa". Presume-se que colocar esta temática em prática e reconhecer os esforços antirracistas para a promoção e valorização da identidade racial afro-brasileira irá apontar o impacto psicológico positivo causado em pessoas negras e ir de encontro contrário ao efeito manada que faz com que a maioria das pesquisas que tratam a saúde mental da população preta e parda descrevam como ela é prejudicada.

**Palavras-chaves:** Saúde mental. Impacto psicológico. Antirracismo. Redes sociais.

---

<sup>44</sup> Universidade Federal do Acre - Ufac. E-mail: euzebio.junior@sou.ufac.br



## EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS POR MEIO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Flávia Rodrigues Lima da Rocha<sup>45</sup>

Este trabalho trata de ações para a educação das relações étnico-raciais de caráter extensionista na Universidade Federal do Acre entre os anos de 2015 e 2024 com recorte para eventos. Trabalhos como este são relevantes para que se possa compreender que ações afirmativas podem ser realizadas em formato de extensão como atividade acadêmica com inclusão da comunidade externa. O objetivo deste trabalho é compartilhar os resultados do evento de extensão universitária Semana Em Favor de Igualdade Racial, compreendendo sua implantação, conquistas e desafios ao longo de sua trajetória. Para isto utilizou-se de análise documental, que são os relatórios finais do evento. A literatura da política pública educacional de promoção de igualdade racial exige que a Educação Superior deve providenciar “projetos com o objetivo de Educação das Relações Étnico-Raciais e estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como organização de serviços” (Brasil, 2004). Uma das significativas conquistas desta ação é sua continuidade no decorrer dos anos, sendo sempre aprovada no edital de eventos de extensão com financiamento, exceto neste ano de 2024, possibilitando trazer palestrantes referenciais na temática e ter o auxílio de bolsistas para os trabalhos. Além disso, as pesquisas apresentadas inspiraram a criação de uma revista acadêmica homônima para a publicação dos textos finais dos resumos apresentados. Entretanto, o evento extensionista também enfrenta seus desafios, como a falta de apoio institucional, mesmo sendo o único evento de promoção de igualdade racial da instituição; como a falta de articulação com o calendário acadêmico com o evento, prejudicando assim a participação da comunidade interna. É certo considerar que a extensão universitária é um potente espaço para ações de educação das relações étnico-raciais, corrigindo a limitação que esta discussão tem nos currículos dos cursos acadêmicos, porém os desafios enfrentados ainda são prejudiciais ao fortalecimento das ações afirmativas em ambientes universitários.

**Palavras-chaves:** Extensão Universitária. Educação das Relações Étnico-Raciais. Evento.

---

<sup>45</sup> Professora de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: flavia.rocha@ufac.br



## REPRESENTAÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA ESCRITAS EM CARTAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES/AS NEGROS/AS DO INTERIOR DO PARANÁ

Ingrit Yasmin Oliveira da Silva Batista<sup>46</sup>  
Ercilia Maria Angeli Teixeira de Paula<sup>47</sup>

O objetivo desta pesquisa foi verificar, por meio das narrativas escritas em cartas de seis docentes negros/as que atuam em turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em escolas públicas de Campo Mourão – PR, quais são as representações da Cultura Afro-Brasileira e Africana em suas vidas e práticas pedagógicas. Para alcançar esse objetivo, foi estabelecida a seguinte questão: como os/as negros/as foram retratados/as no currículo das escolas em que você estudou e na escola atual? A presente investigação faz parte de um recorte da dissertação de Mestrado intitulada Cartas sobre o meu “eu”: trajetórias escolares de professores/as negros/as, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), defendida no segundo semestre de 2019. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos metodológicos a produção de cartas pedagógicas. Os fundamentos teóricos estiveram voltados aos Estudos Culturais, devido à necessidade de um currículo multicultural planejado para que as culturas negadas sejam visibilizadas (Silva, 2011). Encontros foram realizados com os/as educadores/as, com explanações sobre a pesquisa, e as produções das cartas foram solicitadas com foco nas formas de trabalho em relação às questões étnico-raciais. As análises dos dados obtidos evidenciam que a Lei 10.639/2003 contribui para desmistificar os preconceitos enraizados acerca da população, mas também revelam que, nas escolas em que os/as docentes atuam, ainda há ausência de uma abordagem consistente sobre temáticas relacionadas à negritude, que geralmente são lembradas apenas em datas comemorativas, sem reflexão ou compromisso com uma educação antirracista. Os resultados demonstram que os/as docentes denunciaram a maneira como eram retratados/as nos currículos durante sua escolarização, nos quais seus/suas educadores/as privilegiavam a cultura eurocêntrica, invisibilizando a história e a memória da negritude.

**Palavras-chave:** Cultura Afro-Brasileira. Lei 10.639/2003. Educação Étnico-Racial.

<sup>46</sup> Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: prof.ingrityasmin@gmail.com

<sup>47</sup> Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: erciliaangeli@yahoo.com.br



## ENVOLTO NO NYANSAPO<sup>48</sup>: A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA A PARTIR DO OLHAR DE UM BOLSISTA DO PEEA

Jardel Silva França<sup>49</sup>

O presente trabalho tem por objetivo compartilhar as atividades desenvolvidas durante os meses de fevereiro a julho de 2024, como bolsista do Programa de Extensão Educação Antirracista (PEEA), promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). O PEEA tem como objetivo central a articulação de ações antirracistas dentro de espaços acadêmicos de educação básica, ensino superior, espaços comerciais e industriais. O recorte delimitado neste estudo pauta-se nas ações referentes às formações ofertadas e/ou realizadas nos estabelecimentos de ensino superior, com o objetivo de ampliar os conhecimentos dos graduandos, por meio da curricularização da extensão, contribuindo para a formação inicial dos discentes e possibilitando o reconhecimento de ações alicerçadas no racismo e formas de combatê-lo. Propõe-se o presente texto tomando como referenciais Gonçalves e Silva (2000) e França (2023) para dialogar sobre a necessidade de se educar contra o racismo; Almeida (2019) e Silva Junior e Fargoni (2020) subsidiam o diálogo sobre o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira e as influências do bolsonarismo na criação de obstáculos simbólicos, institucionais e psicológicos para a não efetivação de uma educação antirracista. Em Gomes (2011, 2017) e Nascimento (2004), busca-se compreender os movimentos de resistência sociopolítica articulados pelo movimento negro frente à subalternização imposta pela sociedade brasileira. Pensando nisso, a metodologia parte da atuação como bolsista do PEEA, responsável por ofertar as formações às Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, de modalidades presenciais e a distância. Por fim, o trabalho demonstrou a urgência da criação de políticas públicas étnico-raciais voltadas para as instituições de ensino superior, visando à mudança de mentalidade dos futuros profissionais, alicerçando os saberes no antirracismo para que, assim, seja erradicado o racismo da sociedade.

**Palavras-chave:** Educação antirracista. PEEA. Neabi/Ufac.

---

<sup>48</sup> Esse título faz referência ao Adinkra "Nyansapo" (Dybax, 2016), simbologia que transmitem provérbio e conhecimentos de povos habitantes dos países de Gana e Costa do Marfim. Tal emblema significa nó da sabedoria e representa a sabedoria, engenhosidade, inteligência e paciência, virtudes necessárias para aqueles que desejam promover uma educação racista.

<sup>49</sup> Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Licenciado em História (Ufac). Professor de História da Educação Básica do Estado do Acre. Filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: jardelfranca2509@gmail.com



10ª SEMANA EM FAVOR DE  
IGUALDADE RACIAL

Justiça, educação e liberdade,  
a causa é legítima!

## AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO ACRE

João Lucas Barros do Sacramento<sup>50</sup>

Esse resumo tem como objetivo apresentar a proposta de pesquisa que está sendo investigado na disciplina de Pesquisa Histórica I no curso de Licenciatura em História. Busca-se a partir disso evidenciar como, contrariando o que se dizia que não existiam povos indígenas no Acre, a criação de organizações indígenas serviram para a construção de pautas coletivas na defesa de seus direitos e territórios evidenciando a luta e resistência desses povos que se organizaram coletivamente para defender seus modos de vidas. Assim, a proposta tem como objetivo analisar a construção e história dessas organizações do movimento no estado do Acre, em especial aqueles que surgiram com o intuito de defesa dos seus territórios. A metodologia empregada nesta pesquisa partiu de uma análise bibliográfica, análise documental e de entrevista semiestruturada. Foi utilizado como referencial teórico, Souza (2015), Munduruku (2012) e Baniwa (2006). Espera-se com essa pesquisa a identificação dessas organizações, evidenciando sua importância para a sociedade e contribuições para a construção e criação de políticas públicas voltadas para a população indígena acreana.

**Palavras-chaves:** Organizações Indígenas. Territórios. Pesquisa Histórica I.

---

<sup>50</sup> Graduando do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Acre – Ufac. Bolsista do Laboratório de Pesquisa Observatório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre - LabODR/Ufac. E-mail: joao.sacramento@sou.ufac.br



## MULHERISMO AFRICANA: PRÁTICAS NA DIÁSPORA BRASILEIRA PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Joely Coelho Santiago<sup>51</sup>

Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir da memória cultural, individual e coletiva de mulheres africanas na diáspora brasileira, práticas de sobrevivência reorganizadas em contextos de rios e florestas do Vale do Guaporé-RO, visto que, a partir dessa localização e experiência, mulheres negras, mulheres indígenas e mulheres bolivianas, na e da fronteira internacional Brasil/Bolívia, (re)organiza(ra)m culturas, e modos de vida, assim como a transmissão e a manutenção de formas outras de sobrevivência; comensalidades, religiosidades. Dito isto, embebida por conceitos afrocêntricos de Molefi Asante (2014), foi possível diálogo teórico com Lélia Gonzalez (2018), bell hooks (2006), Nilma Gomes (2012), Aza Njeri; Ribeiro (2019), Ama Mizani (2014), Angela Davis (2016), Abdias Nascimento (2015) e Nah Dove (1988) para analisar e registrar “mulherismo africana”, conceito abordado por Clenora Hudson-Weems (2016), que se refere a uma nova perspectiva centrada em mulheres africanas da e na diáspora brasileira para questionar imagens de poder e de controle construídas, historicamente e socialmente, e assim, agir na luta antirracista e antigenocida em prol de políticas afirmativas sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira, positiva e consciente, a partir de lentes pan-africanas e diaspóricas. Os resultados preliminares mostram uma possibilidade/necessidade de ampliar a discussão sobre a temática em espaços outros, que são estes da academia para educação das relações étnico-raciais, visto que: “é crucial o trabalho de conscientização da população negra brasileira de suas potencialidades, história, saúde, espiritualidade e ancestralidade para que ela possa recuperar a sua autodeterminação” (Njeri; Ribeiro, 2019, p. 599), evidenciando, assim, neste estudo, um protagonismo negro diaspórico no Brasil.

**Palavras-chave:** Mulherismo africana. Afrocentricidade. Relações Étnico-raciais. Protagonismo Negro. Vale do Guaporé.

---

<sup>51</sup> Doutoranda em Letras: Linguagem e Identidade, na Universidade Federal do Acre. Bolsista Capes, Brasil. Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI/Ufac); Mestrado em História e Estudos Culturais (Unir, 2019); Licenciatura em Letras e suas respectivas Literaturas (Unir, 2016); Licenciatura em História (Faveni, 2022). E-mail: joely.santiago@sou.ufac.br





## ANÁLISE DO PERFIL DOS CURSISTAS DO PROGRAMA ERÊS: CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM INFÂNCIAS, EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA UEMG

Laura Regina Gouvea<sup>52</sup>

Cristiana de Oliveira Gomes<sup>53</sup>

Otavio Henrique Ferreira da Silva<sup>54</sup>

Este trabalho objetiva analisar o perfil dos cursistas do Programa Erês que surge da necessidade de uma formação de qualidade e gratuita na temática racial, focando na educação infantil. O curso visou capacitar professores e educadores nas relações étnico-raciais, promovendo a valorização da cultura africana, afro-brasileira e indígena, em conformidade com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Há evidências de que uma parte significativa dos docentes ainda se sente despreparada para abordar questões raciais destaca a urgência de formação específica nesta área. Com os objetivos de capacitar educadores para a elaboração de práticas pedagógicas que promovam a educação antirracista; avaliar a formação e o perfil dos educadores inscritos no curso e identificar as lacunas de conhecimento e as necessidades de formação dos docentes em relação à temática racial. A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento quantitativo com os participantes do curso, coletando dados sobre sua formação, áreas de atuação e percepções sobre a construção de práticas antirracistas, através de um questionário. É fundamentado em autores que discutem a educação antirracistas, como Santos (2020), Dias (2012) entre outros. Os dados preliminares mostram que 52,4% dos participantes se sentem incapazes de construir práticas pedagógicas antirracistas. Essa estatística ressalta a necessidade do curso, que já contou com 2.713 inscrições, revelando um interesse significativo e a demanda por formação nesta área. O Programa Erês se apresenta como uma iniciativa essencial para a formação contínua de educadores, visando a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e consciente das diversidades culturais.

**Palavras-chave:** Infâncias. Relações Étnico-Raciais. Educação.

---

<sup>52</sup> Graduanda em Pedagogia. E-mail: laura.1397727@discente.uemg.br

<sup>53</sup> Graduanda em Pedagogia. E-mail: cristiana.1397760@discente.uemg.br

<sup>54</sup> Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais, no Departamento de Educação. E-mail: otavio.silva@uemg.br



## TIPOS DE RACISMO: UMA ABORDAGEM NA ESCOLA ESTER MAIA DE OLIVEIRA

Ló-Ruama Íllary Freires Pereira<sup>55</sup>

Em uma sociedade estruturalmente racista, a educação com seu potencial libertador, é um meio indispensável para se combater o racismo. Dessa forma, o presente trabalho se fez de suma importância, uma vez que faz parte do componente curricular, a escola é composta quase majoritariamente por alunos heteroidentificados como negros e é crucial que todos tenham conhecimento dos diversos tipos de racismo para evitá-los e combatê-los. Esta produção objetiva relatar uma experiência em sala de aula abordando a temática racial. Tal abordagem foi realizada com turmas da 1<sup>o</sup> e 2<sup>a</sup> séries do Ensino Médio da Escola Integral Ester Maia de Oliveira, localizada no Bairro Cidade do Povo em Rio Branco/AC. O conteúdo lecionado foi “tipos de racismo”, tal qual consta no Currículo de Referência Única do Acre. Inicialmente, foi feito um levantamento de conhecimentos prévios e, em seguida, foi explicada a diferença entre os conceitos de racismo, preconceito e discriminação racial. Posteriormente, foi apresentado aos discentes diferentes tipos de racismo: estrutural, ambiental, institucional, recreativo, religioso, ambiental, científico e estético. Como forma de avaliação, os alunos foram divididos em grupos e cada grupo recebeu um tipo de racismo para estudar mais profundamente e fazer uma apresentação para sua turma. Dentre os autores utilizados para embasar os estudos podem ser destacados: Almeida (2019), Ribeiro (2019), Bento (2022), Hall (2016) e Rios; Santos; Ratts (2023). A metodologia utilizada foi pesquisa-ação. A abordagem dessa temática em sala de aula foi enriquecedora, pois muitos compartilharam experiências, tiraram dúvidas, puderam apresentar trabalhos criativos onde expressaram através de suas perspectivas o que compreenderam e, sobretudo, a importância de ser um cidadão antirracista.

**Palavras-chave:** Racismo. Educação antirracista. Educação das relações étnico-raciais.

---

<sup>55</sup> Universidade Federal do Acre – Ufac. E-mail: pereiraloruama@gmail.com



## ENSINO DE HISTÓRIA, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DECOLONIALIDADE: UMA PERSPECTIVA PARA O ENSINO PLURAL

Luane Michelle Carvalho Costa<sup>56</sup>

Ao longo da história e do processo educacional brasileiro vivenciamos diversas formas de expressões culturais, religiosas e sociais no contexto escolar, bem como, um currículo educacional sistematizado com concepções eurocêntricas que traça as competências e habilidades de um aparelho ideológico estatal que cria novas culturas e identidades privilegiadas. Atualmente repensar a forma de ministrar as aulas de história é essencial para conhecer e reconhecer novas formas de ensinar. O objetivo do trabalho é explicitar a aplicabilidade de estratégia de ensino que contribua com novas abordagens no enfrentamento das exclusões étnico-raciais no espaço escolar, a partir das contribuições da decolonialidade para uma abordagem étnico-racial no ensino de história. A pesquisa está ancorada na análise crítica e qualitativa de artigos, teses de periódicos com o aporte teórico dos autores: Anibal Quijano (2005); Catharine Walsh (2007); Walter Mignolo (2005); Circe Bittencourt (2012); Tomaz Tadeu da Silva (2014); Luis Fernando Cerri (2014); Stuart Hall (2006,2014,2016); Oliveira e Candau (2010); Boa Ventura de Souza (2010), e outros. Abrangendo a Diretriz Curricular Nacional para as Relações Étnico-raciais (DCNRE) (2004), e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Os resultados ainda são parciais devido a pesquisa está em desenvolvimento como trabalho de conclusão de mestrado em Ensino de História na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Analisar as contribuições para a abordagem das relações étnico-raciais no espaço escolar, a partir da perspectiva da decolonialidade e ensino de história, traz a oportunidade de auxiliar a ampliação do conhecimento, do campo de estudo, de novos temas, das experiências e do reconhecimento social, cultural e histórico. Além de diversificar criativamente as fontes de pesquisa e aprimorar as estratégias de investigação.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Ensino de História. Identidade. Prática Pedagógica. Relações Étnico-raciais.

---

<sup>56</sup> Mestranda do programa de pós-graduação em Ensino de História-PROFHISTÓRIA pela Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional-UNINTER. Especialista em Ciência das Religiões, Estudos Culturais e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. E-mail: professoraluanemichelle@gmail.com



## PROGRAMA DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PERSPECTIVAS PARA UM ANTIRRACISMO NO ENSINO MÉDIO

Maycon David de Souza Pereira<sup>57</sup>

O Programa de Extensão Educação Antirracista (PEEA), promovido pelo Neabi/Ufac, chega ao Ensino Médio da Educação Básica, propondo uma reflexão acerca da presença da população negra e indígena no ambiente universitário. Nesse sentido, apresenta-se como objetivo desse escrito refletir sobre a atuação do PEEA no ensino médio, bem como descrever as ações realizadas dentro do programa nessa etapa de ensino da educação básica. Utilizando de teóricos como Eliane Cavalleiro (2011), Nilma Lino Gomes (2011), João Feres Júnior e Verônica Daflon (2014), Renata Vilas-Boas (2003), dentre outros. Para isto, realizando uma análise documental (Fernandes, 2018; Silva, 2019; Araújo, 2020; Oliveira, 2020) de dispositivos legais que versam sobre o assunto, relatórios e materiais utilizados durante as ações, bem como relato de experiência (Mussi; Flores; Almeida, 2021). Sendo assim, o PEEA executou duas atividades de palestras distintas para discentes do ensino médio, foram elas: a primeira ação foi o Ciclo de Palestras: Ingresso na Ufac e Ações Afirmativas para negros e indígenas, que ocorreram em três escolas públicas da cidade de Rio Branco/AC, a Escola Profa. Heloísa Mourão Marques, Escola José Ribamar Batista e Escola Senador Adalberto Sena. E a segunda ação foram também palestra, porém com um outro enfoque, intitulada Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Médio, que ocorreu em outras três escolas da rede pública de ensino, a Escola Professor Pedro Martinello, o Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Acre (Ifac) e o Colégio de Aplicação da Ufac (CAp/Ufac). Após as estas ações foi perceptível a compreensão da importância em se discutir ERER, Educação Antirracista e Políticas de Ações Afirmativas com discentes do ensino médio, sobretudo as/os negras/os e indígenas para que se percebam, se reconheçam e se sintam sujeitas/os de todos os seus direitos conquistados pela incansável e infindável luta do Movimento Negro brasileiro que é educador (Gomes, 2019).

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas. Educação Antirracista. Educação das Relações Étnico-Raciais. Ensino Médio.

---

<sup>57</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduado em Fisioterapia pela Faculdade Barão do Rio Branco (FAB). Discente no Curso de Licenciatura em História na Ufac. Integrante, Pesquisador e Coordenador de Ensino e Publicações no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: maycon.pereira@sou.ufac.br.



## **A REVOLTA DA CHIBATA (1910) NO ENSINO DE HISTÓRIA: RELATO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA REALIZADA NA ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE, EM RIO BRANCO-ACRE**

Raiele Souza Moura<sup>58</sup>

Flávia Rodrigues Lima da Rocha<sup>59</sup>

Este trabalho resulta dos estudos desenvolvidos no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, ofertado pela Universidade Federal do Acre entre os anos de 2023 a 2024. A importância desse estudo revela-se pelo fato da Revolta da Chibata (1910) ainda ser desconhecida por grande parte da população brasileira, desse modo, esta intervenção pedagógica representa uma luta no ambiente escolar da Educação Básica contra o esquecimento das resistências empreendidas pelos marinheiros no referido levante, vale enfatizar que esse conteúdo contempla a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003 no Currículo de Referência Único do Acre (2019). Nesse sentido, busca-se apresentar um relato de experiência acerca de uma intervenção pedagógica sobre a chamada Revolta da Chibata (1910), a referida atividade ocorreu por meio de uma aula expositiva-dialogada mediada pela análise crítica de fontes históricas referentes ao recorte temporal supracitado, foi ministrada na disciplina de História para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, da Escola Estadual Paulo Freire, localizada em Rio Branco – Acre, capital da Amazônia acreana. Para tanto, utilizou-se as contribuições de Bloch (2001); Silva (2011); Dantas (2012) e Nascimento (2022). Portanto, com base nas discussões promovidas em sala de aula e na atividade aplicada junto a turma, pode-se afirmar que os estudantes compreenderam os principais aspectos históricos que envolve o levante de 1910, assim como a importância dele para a abolição de castigos físicos na marinha, sendo um símbolo da luta pela cidadania nas primeiras décadas do Brasil Republicano.

**Palavras-chave:** Revolta da Chibata (1910). Lei 10.639/2003. Ensino de História.

---

<sup>58</sup> Bacharela em História, acadêmica do curso de Licenciatura em História, ambos vinculados à Universidade Federal do Acre (Ufac). Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena (Ufac). Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia pela Universidade Federal de Rondônia (PPGHAm/Unir). É membra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac). E-mail: raiele.moura07@gmail.com

<sup>59</sup> Professora de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: flavia.rocha@ufac.br



## LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE AOS OLHOS DA REVOLUÇÃO DE SÃO DOMINGOS

Rayanderson Lima de Oliveira<sup>60</sup>

Este trabalho, apoiado na lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, é resultado da experiência vivenciada durante os dias 15 a 23 de maio de 2024, em uma intervenção pedagógica desenvolvida na Escola Wilson Pinheiro, como parte do processo formativo do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, e teve como objetivo uma reflexão sobre o ensino de história no 8º ano do Ensino Fundamental, propondo uma educação antirracista, com o conteúdo sobre a Revolução Francesa e a Revolução de São Domingos (Haiti). A partir das reflexões das experiências no campo docente em consonância com o curso Especialização (ERER), em observação às carências de aprofundamento do conteúdo, além de abordagens superficiais nos livros didáticos, foi proposto uma intervenção que pudesse buscar os interesses pessoais dos alunos, e ao mesmo tempo, levasse um conteúdo de forma mais aprofundada e contextualizada sobre o tema. A metodologia utilizada nesta ação foi a de pesquisa bibliográfica unida à prática pedagógica, que foi a criação de duas imagens conceituais, criadas pelos alunos, a partir dos seus conhecimentos adquiridos. Como base teórica foram utilizados autores como: Ribeiro (2019), apresentando conceitos importantes na luta antirracista; Munanga (2004), apresentando uma abordagem conceitual sobre noções de raça, racismo, identidade e etnia; Santos (2023), Soares (2006) e Nascimento (2023), trazendo novas perspectivas sobre a revolução de São Domingos. Como resultado, foi possível estabelecer estratégias e materiais didáticos que possibilitasse uma abordagem mais crítica e de valorização das diversas culturas existentes, proporcionando uma reflexão junto aos alunos sobre a importância de quebrar um ciclo de ensino, que perpetua uma visão preconceituosa e racista.

**Palavras-chave:** Cultura africana e afro-brasileira. Revolução de São Domingos. Lei 10.639/2003.

---

<sup>60</sup> Professor de História da Rede Estadual de Educação do Acre – (SEE – AC). Estudante do Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Acre – Ufac, E-mail: rayanderson.oliveira@sou.ufa.br